2.º Será responsável pelas operações de microfilmagem, conservação dos filmes e destruição dos documentos originais um funcionário administrativo de categoria não inferior a chefe de secção, para o efeito designado pelo administrador do hospital.

3.º A microfilmagem deverá ser efectuada por sucessão ininterrupta de imagens.

4.º A autenticidade dos microfilmes será garantida por meio de selo branco ou de perfuração especial.

5.º A conservação dos filmes deverá ser efectuada nas condições técnicas aconselháveis, em bobinas ou *jackets* devidamente referenciadas, e de modo a permitir «diferenciação», no que respeita a documentação clínica, da proveniente de doentes socorridos no serviço de urgência, por um lado, e da referente a doentes assistidos nos serviços de internamento e de consulta externa, por outro.

6.º Será elaborado um livro de registo dos filmes conservados, com termo de abertura e de encerramento e todas as folhas rubricadas pelo administrador do hospital, no qual se fará constar o número de ordem das bobinas e a natureza e as referências dos documentos microfilmados.

7.º As fotocópias obtidas a partir da microfilmagem têm a força probatória dos originais desde que autenticadas com o selo branco em uso no hospital, sobre assinatura do responsável referido no n.º 2.º

8.º A segurança da inutilização dos documentos originais será garantida, em regra, do seguinte modo:

- a) A documentação corrente será destruída por perfurações não inferiores a 15 mm de diâmetro ou ainda por corte ou rasgamento total, ao meio, pelo menos em 4 partes;
- b) A documentação de responsabilidade, confidencial ou reservada será destruída de modo a impedir completamente a sua leitura e, de preferência, por incineração.

Ministério dos Assuntos Sociais, 3 de Janeiro de 1983. — Pelo Ministro dos Assuntos Sociais, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*, Secretário de Estado da Saúde.

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 170/83

de 28 de Fevereiro

A necessidade urgente de regulamentar os concursos de habilitação e provimento para o grau e lugares de assistente de clínica geral (generalista) da carreira de clínica geral, criados pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 310/82, de 3 de Agosto, não se compadece com uma forma definitiva, dado contemplar realidades diferentes:

- a) Médicos que ingressaram no internato ao abrigo da Portaria n.º 444-A/80, de 28 de Julho, e o realizam segundo o disposto na Portaria n.º 357/80, de 28 de Junho;

- b) Médicos nas mesmas condições, mas aos quais alguns coordenadores de zona do internato de generalistas, por impossibilidade prática de cumprimento dos *curricula* da Portaria n.º 357/80, adaptaram, dentro das suas atribuições legais, diferentemente os *curricula*;

- c) Médicos nas mesmas condições que iniciaram mais tardiamente os seus estágios por razões que lhes não são imputáveis;

- d) Médicos nas mesmas condições que já possuem o direito ao provimento no concelho onde tomaram posse como médicos de clínica geral (generalistas);

- e) Médicos que ingressaram no internato ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 16/82, de 26 de Março, cumprindo os *curricula* da Portaria n.º 357/80;

- f) Médicos que realizam o seu internato ao abrigo do Decreto-Lei n.º 310/82, cumprindo os *curricula* da Portaria n.º 357/80;

- g) Médicos que irão realizar o seu internato ao abrigo do Decreto-Lei n.º 310/82, mas de acordo com os *curricula* do regulamento dos internatos complementares, a publicar.

Portanto, o presente regulamento só deverá contemplar as realidades das alíneas a), b), c) e d) e apenas se refere à época anual de 1983, cumprindo o disposto no n.º 8 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 310/82.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 7 e 8 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 310/82, de 3 de Agosto:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Assuntos Sociais, aprovar o seguinte:

Regulamento dos Concursos de Habilitação para o Grau de Assistente de Clínica Geral (Generalista) e do Provimento para os Respectivos Lugares do Quadro da Carreira de Clínica Geral — Época de 1983.

CAPÍTULO I

Concurso de habilitação para o grau de assistente de clínica geral (generalista)

Artigo 1.º Os concursos de habilitação para o grau de assistente de clínica geral coincidem com os exames finais do internato complementar.

Art. 2.º A aprovação no concurso referido no número anterior confere o grau de assistente de clínica geral (generalista) devidamente avalizado pelo Estado, com passagem de diploma de idoneidade profissional correspondente.

Art. 3.º O referido diploma é conferido pela coordenação do internato de generalistas da zona em que se realizou o concurso e homologado pelo Ministro dos Assuntos Sociais.

Art. 4.º A este concurso devem apresentar-se os médicos que iniciaram o respectivo internato complementar em 1 de Fevereiro de 1981 e que tenham cumprido os *curricula* estabelecidos para cada zona.

Art. 5.º A abertura do concurso é feita por aviso assinado pelo Ministro dos Assuntos Sociais, que fará publicar a composição dos júris de cada zona e o prazo de entrega da documentação.

Art. 6.º Os concursos realizam-se em data e local a designar pelo coordenador de cada zona, tendo em conta a data em que os estágios tiveram início em 1981.

Art. 7.º Os júris são nomeados pelo Ministro dos Assuntos Sociais, sob proposta do coordenador de zona, que presidirá ao júri, sendo este composto por 3 elementos, não podendo nenhum deles possuir grau das carreiras inferior ao de assistente.

Art. 8.º Os interessados devem apresentar a sua candidatura mediante requerimento à coordenação de estágio da zona respectiva, dentro do prazo estipulado no aviso de abertura do concurso, donde conste a identificação completa do candidato, data do nascimento e residência.

Art. 9.º — 1 — A documentação a entregar no prazo estipulado no aviso será a seguinte:

- a) Certificado do cumprimento dos *curricula* estabelecidos por cada zona, emitido pelo respectivo coordenador de estágio;
- b) 6 exemplares do *curriculum vitae*;
- c) Certificado de licenciatura;
- d) Certificado de conclusão do internato policlínico.

2 — Os documentos referidos podem, no todo ou em parte, ser substituídos por certificado comprovativo da sua entrega pelo candidato na ARS a que estava vinculado.

Art. 10.º Nos 3 dias que seguem ao termo do prazo de abertura do concurso será afixada na respectiva coordenação de zona a lista dos concorrentes, com a indicação das faltas verificadas nos documentos apresentados.

Art. 11.º Os concorrentes dispõem de 5 dias úteis para solicitar eventuais rectificações ou regularizar a documentação em falta.

Art. 12.º A coordenação tem 5 dias úteis para resolver as questões emergentes e afixar a lista definitiva dos candidatos admitidos a concurso, o local e a ordem de chamada para prestação de provas, assim como o seu calendário.

Art. 13.º Durante o actual regime de transição e para este concurso, as provas serão as seguintes, a realizar pela ordem indicada:

- 1.ª prova — Exame de um doente por um período máximo de 60 minutos, seguido da elaboração do respectivo relatório num período máximo de 120 minutos. Durante este tempo poderão ser fixados exames complementares, que deverão ser comentados. O relatório deverá incluir discussão, diagnóstico e proposta terapêutica.
- 2.ª prova — Leitura do relatório, seguida de discussão do mesmo durante um período máximo de 30 minutos. Seguir-se-á um interrogatório teórico durante mais 30 minutos, no máximo.

A discussão do relatório é feita apenas por um elemento do júri.

O interrogatório teórico é feito, pelo menos, por 2 membros do júri.

- 3.ª prova — Apreciação curricular, que será feita por 2 membros do júri, durante um período máximo de 30 minutos.

Art. 14.º A informação final do internato complementar será dada em votação de 0 a 20 valores, que resulta da apreciação global das 3 provas efectuadas no conjunto de titulação.

Art. 15.º Cada zona terá um livro de termos, onde serão lançados em acta, pelo júri respectivo, os resultados das provas efectuadas.

CAPÍTULO II

Concurso de provimento para o lugar de assistente de clínica geral (generalista) do quadro da carreira de clínica geral.

Art. 16.º Os médicos que ingressaram na carreira de clínica geral ao abrigo da Portaria n.º 444-A/80, de 28 de Julho, por concurso aberto pelo aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1980, e colocados segundo a lista definitiva publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 12 de Agosto de 1981, homologada por despacho de 4 de Fevereiro de 1981, nos lugares da carreira de clínica geral (generalista) por distrito e concelho, tendo obtido o grau pela aprovação no concurso de habilitação referido no capítulo I, serão automaticamente colocados no mesmo concelho no lugar de assistente de clínica geral (generalista) do quadro da carreira de clínica geral, aprovado pela Portaria n.º 886/82, de 21 de Setembro, em data a fixar em despacho do Ministro dos Assuntos Sociais.

Art. 17.º Os médicos nas condições do artigo anterior deverão ser empossados nos respectivos lugares com a designação de assistente de clínica geral (generalista), alterando-se assim a anterior designação dada pela Portaria n.º 444-A/80, de 28 de Julho.

Ministério dos Assuntos Sociais, 18 de Janeiro de 1983. — Pelo Ministro dos Assuntos Sociais, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*, Secretário de Estado da Saúde.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Decreto Regulamentar n.º 18/83

de 28 de Fevereiro

1. O Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro, tornou extensivo aos trabalhadores independentes e seus familiares todo o esquema de prestações do regime geral de previdência.

2. A especificidade da actividade profissional por conta própria aconselhou a que, em relação ao subsídio de doença, se diferisse no tempo a sua regulamentação, tendo em vista uma maior ponderação quanto às mais adequadas condições da sua atribuição.

3. Com efeito, constata-se que a protecção social dos trabalhadores independentes nos diversos esquemas de segurança social europeus é ainda insuficiente, estando longe de atingir a igualdade relativamente aos demais trabalhadores, apesar de ser reconhecida a necessidade de alargamento dos regimes de protecção a todos os independentes e de alinhamento das prestações destes trabalhadores com as dos trabalhadores por conta de outrem, através de uma melhoria quali-